Artigo décimo segundo

Deveres dos sócios:

- a) respeitar e fazer-se respeitar dentro e fora das instalações da Associação;
- b) desempenhar com zelo e lealdade as funções para que tenha sido eleito;
- c) liquidar prontamente a jóia e quotas fixadas em Assembleia Geral bem como quaisquer outras dívidas contraídas perante a Associação.

Artigo décimo terceiro

Órgãos sociais

Os órgãos sociais da Associação são:

Assembleia Geral
Direcção
Concelho Fiscal
Comissão Técnica.

Artigo décimo quarto

Da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios Fundadores e Efectivos e é presidida pela Mesa de Assembleia Geral, a qual terá um Presidente e um secretário.

Artigo décimo quinto

A Assembleia Geral reúne uma vez por ano e extraordinariamente por convocação do respectivo Presidente quando:

- a) este o julgue necessário;
- b) qualquer dos Órgãos Sociais o solicite por escrito;
- c) um quinto dos sócios Fundadores ou Efectivos o solicite por escrito indicando o assunto a tratar.

Artigo décimo sexto

As aprovações em Assembleia Geral são obtidas:

- a) por maioria qualificada de quatro quintos dos sócios presentes e representados para alteração dos estatutos;
- b) por maioria absoluta dos restantes casos.

Artigo décimo sétimo

Da Direcção

A Direcção é composta por cinco elementos, sendo:

Um Presidente
Um Vice Presidente
Um Tesoureiro
Um Secretário
Um Vogal.

Artigo décimo oitavo

a) a Direcção reunirá regularmente uma vez por mês deliberando validamente com a presença da maioria dos seus membros.

b) as deliberações deverão ser registadas em acta e lavradas em livro próprio;

c) a Associação fica legalmente obrigada desde que os respectivos actos ou contratos sejam assinados por dois directores, podendo estes constituir ou nomear procuradores, fixando sempre os poderes e duração dos respectivos contratos de representação.

Artigo décimo nono

À Direcção competem os mais amplos poderes de administração e nomeadamente:

- a) gerir e zelar pelos interesses da Associação.
- b) promover a organização dos diferentes regulamentos internos.
- c) a apresentação das contas de cada exercício à Assembleia Geral Ordinária, acompanhadas do seu relatório anual de actividades e previsão do ano social futuro.

Artigo Vigésimo

O conselho fiscal

O conselho fiscal é composto por três elementos sendo:

Um Presidente;
Dois Secretários.

Artigo Vigésimo Primeiro

Ao conselho fiscal compete:

- a) Examinar sempre que julgue necessário, os actos da Direcção e as contas da Associação;
- b) Emitir parecer sobre o relatório da gestão e contas a submeter pela direcção à assembleia geral

Artigo Vigésimo Segundo

Da Comissão Técnica

a) A Comissão Técnica é composta por:

Cinco sócios, sendo pelo menos dois Fundadores;
Presidente e Vice Presidente da Direcção;
Presidente do Conselho Fiscal;

b) À Comissão Técnica compete:

Aconselhar a Direcção na elaboração dos regulamentos internos e demais actividades para que seja solicitado o seu apoio;
Emitir parecer à Assembleia Geral Ordinária sobre as previsões de actividades e orçamentos preparados pela Direcção.

c) As deliberações da Comissão Técnica serão aprovadas pela maioria dos seus membros, registadas em acta e lavradas em livro próprio.

Artigo Vigésimo Terceiro

Das Eleições

a) Os Órgãos Sociais da Associação são eleitos por sufrágio directo e universal dos sócios em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito;

b) Os cargos referidos nos artigos anteriores são exercidos sem qualquer remuneração;

c) Os mandatos têm a duração de três anos e são renováveis;

d) As eleições serão realizadas por listas completas por escrutínio secreto e a aprovação por maioria de votos;

e) O processo eleitoral rege-se nos termos do respectivo regulamento interno;

Artigo Vigésimo Quarto

Fundo social e contas de exploração

a) Constituem o Fundo Social a totalidade das contas e reservas assim aprovadas em Assembleia Geral;

b) As contas da Associação serão organizadas de acordo com o plano a aprovar pela Direcção.

Artigo Vigésimo Quinto

Insignias

A Associação tem como insignias bandeira e emblema a aprovar em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Artigo Vigésimo Sexto

Casos omissos

Nos casos omissos neste estatuto, regulamentarão as disposições previstas na lei e pelo C.P.C. — Clube Português de Canicultura e Regulamento Interno, cuja aprovação compete à Assembleia Geral.

Está conforme.

23 de Maio de 2007. — A Colaboradora Autorizada, *Maria João Vitorino Santos*.

2611068105

**BALVINHAIS — AGRUPAMENTO DE BALDIOS E JUNTAS
DE FREGUESIA GESTORAS
DE BALDIOS DO CONCELHO DE VINHAIS**

Anúncio (extracto) n.º 8535/2007

Certifico que, por escritura lavrada aos vinte e cinco de Outubro de dois mil e sete, exarada a folhas noventa e um e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número oitenta e um — A, do Cartório Notarial da licenciada Maria José Gonçalves Maximino, sito na Rua Dr. Domingos campos, Lote 12, 1º cave, Entrada B, Loja 1, Nossa senhora da Conceição, Vila Real foi constituída a associação em epígrafe por tempo

indeterminado e sem fins lucrativos, que entre outras fica a regular-se pelas cláusulas seguintes:

Denominação: “BALVINHAIS — Agrupamento de Baldios e Juntas de Freguesia Gestoras de Baldios do Concelho de Vinhais.

Sede: Lugar e freguesia de Alvaredos, concelho de Vinhais.

Objecto: “Gestão de áreas baldias, defesa do interesse dos compartes e dos associados, gestão de grupos de baldios e formação profissional”.

Admissão de associados:

Primeiro: Poderão ser associados:

a) Indivíduos com mais de 18 anos, residentes ou não, com interesse em colaborar numa boa gestão do espaço florestal do concelho de Vinhais;

b) Os Conselhos Directivos de Baldios eleitos de acordo com a legislação em vigor e reconhecidos pela generalidade da respectiva povoação ou freguesia como representantes dos baldios em causa;

c) As Juntas de Freguesia que de direito e de facto, por delegação ou ausência do órgão referido na alínea anterior, administrem montes baldios situados dentro da sua área de jurisdição;

d) Demais Juntas de Freguesias;

e) Câmara Municipal e demais instituições supramunicipais, institutos, associações ou outros com interesses em matéria florestal.

Segundo: Os Associados podem ser: Efectivos, Auxiliares e Colaboradores Especiais.

a) São Associados Efectivos os referidos nas alíneas a), b) e c) do número anterior.

b) São Associados Auxiliares os referidos na alínea d) do número anterior.

c) São Associados Especiais os referidos na alínea e) do número anterior.

Terceiro: Os Associados a que se refere o número anterior que não sejam fundadores são admitidos pela Direcção, sob proposta escrita de um associado, cabendo recurso da deliberação para a primeira reunião da Assembleia Geral que a seguir se realizar.

Saída / exclusão de associados:

Primeiro: A qualidade de associado perde-se:

a) Por vontade do associado;

b) Por falta de pagamento da sua quota ou outra prestação por período superior a 1 ano;

c) Pela prática de uma conduta gravemente contrária aos Estatutos, ou que desprestigie a BALVINHAIS, ou que perturbe gravemente o normal funcionamento, ou condutas, de actos ou omissões, manifestamente lesivos dos seus fins.

Segundo: Os membros só podem ser excluídos sob proposta subscrita por pelo menos 2 associados, apresentada à Assembleia Geral e aprovada por maioria de dois terços dos presentes.

Terceiro: O membro cuja exclusão seja proposta deve ser sempre convocado com antecedência nunca inferior a 10 dias, a fim de que forneça por escrito a defesa que entenda conveniente, sem prejuízo de na própria Assembleia poder usar também do direito de defesa.

Está conforme o original, declarando-se que da parte omitida, nada há que altere, modifique, restrinja ou amplie as especificações legais, da parte extractada.

25 de Outubro de 2007. — A Notária, *Maria José Gonçalves Maximino*.

2611068216

BANCO BAI EUROPA, S. A.

Balancete n.º 199/2007

Sede: Avenida de António Augusto Aguiar, 130, Lisboa.

Capital social: € 17 500 000

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de matrícula 11262.

Número de identificação de pessoa colectiva 505 274 922.

Balanços (NCA)

Em 30 de Setembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em euros)

	30 de Setembro de 2007		31 de Dezembro de 2006	
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações		Valor líquido
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 980 012		13 980 012	2 823 880
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 863 067		13 863 067	21 987 612
Activos financeiros detidos para negociação	698 788	—	698 788	442 722
Activos financeiros disponíveis para venda	220 600	—	220 600	125 000
Aplicações em instituições de crédito	307 125 138	—	307 125 138	357 421 347
Crédito a clientes	34 687 838	(2 630 313)	32 057 525	23 347 956
Investimentos detidos até à maturidade	3 593 168	—	3 593 168	3 528 346
Outros activos tangíveis	1 224 931	(859 511)	365 420	440 655
Activos intangíveis	875 297	(830 093)	45 204	72 617
Investimentos em filiais e associadas	948 469	—	948 469	948 469
Activos por impostos diferidos	672 706	—	672 706	638 786
Outros activos	88 995	—	88 995	81 745
Total do activo	377 979 009	(4 319 917)	373 659 092	411 859 135

(Montantes expressos em euros)

	30 de Setembro de 2007	31 de Dezembro de 2006
Passivo		
Recursos de bancos centrais	1 470 941	572 370
Passivos financeiros detidos para negociação	410 944	331 557
Recursos de outras instituições de crédito	302 237 984	312 402 750
Recursos de clientes e outros empréstimos	46 099 717	77 833 345
Provisões	398 858	321 484
Passivos por impostos correntes	26 515	3 717
Passivos por impostos diferidos	29 144	117 321
Outros passivos subordinados	4 560 122	4 499 014
Outros passivos	1 484 406	970 095
Total de Passivo	356 718 631	397 051 653